

O cipó do Tarzan

JOSÉ CARLOS AZEVEDO

O novo substitutivo do relator Bernardo Cabral, na parte relativa à Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, é incomparavelmente melhor que o texto anterior, mas contém três dispositivos que contribuirão para acabar com a educação brasileira.

A gratuidade indiscriminada não consta das Constituições brasileiras e, ao contrário do que parece, prejudica os pobres, impede seu acesso às melhores escolas públicas e particulares, e agrava a situação do ensino de base. É que, no Brasil, cada aluno da rede oficial de 3º grau custa bem mais de 60 vezes que o do 1º grau (em países avançados essa relação é inferior a dez) e assim um aluno rico, cursando gratuitamente o nível superior, dificulta, ou impede, o acesso de mais de 60 alunos pobres ao 1º grau. Além de questionável e onerosa, a exigência de creches e pré-escolas gratuitas também beneficia os ricos, pois os recursos continuarão a ser entregues às escolas mais aptas a recebê-los, nas regiões Sul e Sudeste. O aumento da escolaridade, a universalização do ensino e a igualdade de oportunidades educacionais só existirão quando pagarem seus estudos os que puderem e houver um sistema de bolsas que garanta ao aluno sem recursos o acesso a qualquer escola. O terceiro dispositivo é o que amplia atribuições do Conselho Federal de Educação, apesar da sua responsabilidade pelo desastre educacional, por haver criado escolas ruins, estabelecido currículos deficientes e institucionalizado o corporativismo que, vinculando currículos, escolas, profissões e sindicatos, alijou pessoas capazes do mercado de trabalho e reservou o para portadores de diplomas, ligados a sindicatos. Há ainda no substitutivo disposições próprias de lei ordinária e o caput do artigo 289 apenas transcreve artigo da Lei nº 5.540/65.

A Constituição pode acabar com a educação, mas não pode melhorá-la, e como não há propostas neste sentido, pois os órgãos oficiais se limitam a discursar às ocultas, os problemas se multiplicam. No 1º e 2º grau há, por lei, 180 dias de aula por ano, mas na realidade há bem menos; a permanência diária nas escolas é inferior a três horas e a escolaridade se situa entre os índices de 1,6 ano no Nordeste e 5,6 no Sudeste, e assim naquela região estudam umas 900 horas, no Sudeste umas três mil, enquanto no Japão estudam 18 mil horas. Nas universidades oficiais, o empreguismo, o assembleísmo, a ineficiência e o greveísmo contribuem para a má formação do aluno; nessas instituições, a relação professor/aluno é umas cinco vezes maior que a dos EUA, mas isso não implicou o aprimoramento da pesquisa, pois em base per capita, nossa produção está em 11º lugar na América Latina. Dados do Ipea-Septan, relativos a 1982, também permitem dizer que o tempo médio gasto por professor universitário da rede federal para publicar um trabalho se situa entre 16 meses na Universidade Federal de S. Carlos e 80 anos na U.F.R.J. do Espírito Santo. Quanto aos custos unitários, oscilam entre 3.841 dólares, na Escola Paulista de Medicina, e 272.755 dólares na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quantia com a

qual muitos prêmios Nobel jamais sonharam. Falta, portanto, a educação no Brasil.

A qualidade de todo o ensino depende do 1º e 2º grau, mas os baixíssimos salários, dezenas de vezes inferiores aos das universidades, são forte desestímulo que leva à perda de bons professores. Corrigir essa distorção, aproximando os salários dos três graus de ensino, como ocorre no Japão, é uma medida inadiável. Influem também negativamente os livros didáticos, e nesse particular cabe ao MEC a maior parcela de culpa por ser ele o maior editor da Terra — só em 1986 publicou 41 milhões de livros, 1,5 milhão de manuais e 0,5 milhão de cadernos, ao custo de 1,1 bilhão de cruzados, e destinou para o ano em curso quantia muito superior.

A análise desses livros do MEC, feita por professores em São Paulo, e também pela "Nova Escola" e "Leia Livros", revela inacreditáveis disparates, além da costumeira pregação da luta de classes. Infelizmente, a exigüidade de espaço permite citar poucos exemplos: "O homem primitivo inventou a indústria"; "Quando o sertanejo aprender a conviver com a pouca água que possui (muita, se comparado com outras regiões da Terra), ele estará preparado para viver em sua região, indiferente à seca"; "Existem três coordenadas geográficas: a latitude, a longitude e a altitude"; "A Terra é um planeta piriforme"; "Existem razões para argumentar que o sistema solar (inclusive a Terra) sejam pedaços do Sol que se desgarraram há vários bilhões de anos; nesse caso o Sol é o 'Pai', os planetas os 'filhos' e os satélites os 'netos'"; "Explicar por que uma região é mais adiantada que a outra é tarefa mais trabalhosa que explicar por que numa região há mais calor que noutra"; "O cipó do Tarzan é o meio de transporte aéreo no interior da selva"; "Os sudaneses são negros mais escuros, enquanto os sul-africanos ou zambejianos são mais claros, isto é, possuem cor de chocolate"; "E o caso dos pigmeus, negrinhos da África Central que não evoluíram".

Enquanto a União contribui zelosa e eficazmente para divulgar tantas ignorâncias e deformar os estudantes, nada faz para aprimorar o ensino no Brasil, certamente porque não são medidas "simpáticas" valorizar o magistério de 1º e 2º graus, instituir a meritocracia para alunos e professores nas universidades, criar um sistema de bolsas para assegurar o acesso às melhores escolas e eliminar o corporativismo. Enquanto isso não vem, ficamos aguardando o novo esforço editorial do MEC, esperando que nos informem quem são a digníssima esposa do Sol e sua nora; que tenham descoberto que o homem moderno inventou a pedra lascada e que a profundidade é a quarta coordenada geográfica; que tenham sugerido aos nordestinos que não se habituarem à falta d'água que bebam coca-cola; que já saibam porque há sul-africanos e zambejianos de olhos pretos apesar de terem a cor de chocolate branco. E rezemos para que o Sol e sua digníssima esposa não se metam em estripulia sideral, pois pode advir um parto cósmico que lance um planeta temporão em cima da Terra; pois o perigo é que, do jeto que as coisas vão no Brasil, só teremos condição de escapar em cipós. E não vai haver cipó para todos.